



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

Caio Bruno Pires Mendes Cateb

O Centro de Informações do Exterior (CIEEX): o posicionamento brasileiro diante do Golpe Militar no Chile

Brasília
Dezembro de 2013

Caio Bruno Pires Mendes Cateb

O Centro de Informações do Exterior (CIEEX): o posicionamento brasileiro diante do Golpe Militar no Chile

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para a obtenção do grau de licenciatura em História, sob a orientação do professor Dr. Carlos Eduardo Vidigal.

Banca Examinadora

Professor Dr. Carlos Eduardo Vidigal (Orientador) – HIS/UnB

Professor Dr. Virgílio Caixeta Arraes – HIS/UnB

Professor Dr. Pio Penna Filho – IREL/UnB

Brasília, dezembro de 2013

Resumo

Esta monografia tem como finalidade explicitar e analisar questões centrais sobre o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e discorrer as importantes informações, ali construídas em torno da situação política do Chile nos meses que antecederam o golpe militar, ocorrido no ano de 1973. A leitura diplomática, de um órgão de informações brasileiro, sobre as circunstâncias políticas e econômicas ocorridas no Chile está documentada e envolta em uma lógica de segurança característica do período. No entanto, as informações produzidas pelo CIEX revelam a atenção da ditadura militar brasileira com os países vizinhos, mas com um cuidado além das relações estritamente diplomáticas. O objeto central deste trabalho é a narrativa documentada da conjuntura política interna chilena, entre julho e setembro de 1973, por meio dos arquivos do CIEX, e a visão brasileira dos fatos.

Palavras-chave: Ditadura militar, CIEX, Chile, comunidade de informações, Salvador Allende.

Sumário

Introdução	5
1 - A informação em construção: a comunidade de informação na ditadura militar do Brasil (1964 – 1985).	7
1.1 A Doutrina de Segurança Nacional.....	8
1.2 O Serviço Nacional de Informações.....	9
1.3 Os órgãos militares.....	12
1.4 O Centro de Informações do Exterior	13
2 - O Chile à esquerda: o governo de Salvador Allende	16
2.1 A eleição de Salvador Allende.....	17
2.2 A “via chilena ao socialismo”: o governo de Salvador Allende (1970-1973).....	19
2.3 Da crise ao golpe militar (1971 – 1973).....	22
3 - O Centro de Informações do Exterior (CIEX) e o golpe militar no Chile	26
Conclusão	33
Fontes	35
Bibliografia	35

Introdução

A história da ditadura militar brasileira sempre andou em um campo complexo de dúvidas e incertezas, onde o passado tem fala no presente constantemente. As emoções e as memórias daqueles que viveram o período do regime militar, de ambos os lados de um cenário polarizado, mas com uma enorme lacuna ao centro, até o tempo presente permeiam as disputas de memória. A escolha da pesquisa sobre um tema conflituoso, em vez de continuidades ou sobre um recorte temporal mais longínquo, está diretamente atrelado às batalhas de memória¹ e a sua amplitude na historiografia brasileira.

A experiência acadêmica na história do Brasil e na história da América Latina claramente influenciou quando da escolha de produzir e dialogar com a história do tempo presente. As incursões profissionais foram fundamentais para a aproximação com os arquivos brasileiros disponíveis e para aceitar o desafio de encarar as disputas que envolvem tais documentos. Conhecer conceitualmente os atores deste processo histórico foi fundamental ao depararmos com a vastidão de informações produzidas e já estudadas.

O período entre as décadas de 1960 e 1970 instiga a pesquisa por ter sido marcado por diversas intervenções militares e regimes autoritários no âmbito político na América Latina, em especial no Cone Sul. As ditaduras militares na região deixaram marcas profundas que, por tempo indeterminado, vivem na memória coletiva das sociedades envolvidas. Apesar de serem episódios recentes da história dessas nações, a historiografia se amplia e se aprofunda nas questões expressas pelo período.² As ditaduras instauradas no Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai possuíam diferenças significativas, mas em comum mantinham a lógica da segurança nacional e do discurso anticomunista³. Para tanto, fora preciso instituir a sistematização de um complexo sistema de produ-

¹POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, São Paulo, 1989. p. 3-15.

² Entre as obras mais expressivas dessa produção, encontram-se *Ditadura e Democracia na América Latina*, organizada pelos historiadores Carlos Fico, Marieta de Moraes Ferreira, Maria Paula Araújo e Samantha Viz Quadrat; a obra de Jorge Tapia Valdés, *El terrorismo de Estado: La Doctrina de la Seguridad Nacional en el Cone Sur*; e o quarto volume da coleção *Brasil Republicano: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, organizado por Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado.

³ No caso do regime político implementado no Paraguai, o contexto se difere dos demais, pois o golpe acontecera em 1954, e não esteve diretamente ligado a uma disputa ideológica, mas ao conflito interno de oligarquias adversárias. No entanto, a ditadura de Alfredo Stroessner se alinhara prontamente a polariza-

ção e difusão de informações, além de uma estrutura repressiva específica. No caso do Brasil, logo no início do regime militar, buscando meios de consolidação da ditadura, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), sob o comando do general-de-exército Golbery do Couto e Silva.

O SNI teria como objetivo central a coordenação e articulação de um denso sistema de informações de amplitude nacional, de desenvolvimento do espaço contrainformação, sempre seguindo os princípios de segurança nacional e do combate ao inimigo interno. No âmbito externo, os militares também se preocuparam com as diversas articulações e movimentos políticos de brasileiros exilados, em sua grande maioria nos países do Cone Sul, e, sob a estrutura do Ministério das Relações Exteriores, deram funcionamento ao Centro de Informações do Exterior (CIEX). O CIEX recebera como funções primordiais o monitoramento e o trânsito de brasileiros no exterior. Desde a sua fundação, em 1966, o CIEX exercera essas atividades, ocorrendo, no entanto, algumas alternâncias em suas diretrizes.

O CIEX trabalhou também com análises e vigilância da política interna dos países vizinhos ao Brasil, principalmente em relação à Argentina, Chile e Uruguai. No caso chileno, objeto central deste trabalho, a análise de ação do Centro de Informações do Exterior, permite-nos aprofundar a perspectiva brasileira, ou ao menos do Itamaraty, em relação ao processo interno delicado que viveu o governo de Salvador Allende (1970-1973). As linhas reproduzidas nos documentos elaborados nos meses de julho, agosto e setembro do fatídico ano do golpe militar, 1973, pelo então órgão de informações do Itamaraty, reproduzem um olhar singular da conjuntura interna do Chile, além de informações próximas aos altos comandos do poder do Estado.

ção ideológica. ESPOSITO NETO, Tomaz. Os eixos da política externa do Paraguai de 1954 a 1989. **Boletim Meridiano** 47, vol. 13, nº134, São Paulo, 2011. p. 11-18.

1 – A informação em construção: a comunidade de informação na ditadura militar do Brasil (1964 – 1985).

A ditadura militar no Brasil iniciada no golpe de abril de 1964, amparada por um apoio político e econômico de diversos setores da sociedade brasileira, contou com uma rígida estrutura estatal e uma construção ideológica que permitiram sua longevidade. A tomada do poder pelos militares seguiu-se a um processo de desestabilização política e econômica do governo do presidente João Goulart, que envolveram setores empresariais nacionais e estrangeiros, uma forte influência externa, ou seja, da diplomacia norte-americana, e principalmente dos quadros das Forças Armadas, em especial aos oficiais ligados à Escola Superior de Guerra.

A radicalização desse processo se daria no fatídico ano de 1968, em que os confrontos entre as forças militares e os movimentos de contestação à ditadura se multiplicaram, e o estabelecimento do arbítrio e da violência surgia sob a forma do Ato Institucional nº 5 (AI-5). O terror de Estado⁴ inaugurado nas linhas do AI-5 possuía uma abrangência social e política tamanha, que diversas camadas da sociedade brasileira passaram a viver sob vigilância contínua e influenciadas por uma tensão constante. Um sistema de controle intensivo, disciplinador e de ação violenta indiscriminada pelo Estado, sem limites para a repressão e espionagem dos personagens envolvidos, estabeleceria o combate à oposição ao regime.⁵ Para tanto, fora necessário a construção e a organização de um aparato estatal abrangente e complexo, que fosse capaz de monitorar as atividades de pessoas ou entidades que minimamente o confrontassem.

A estrutura de pensamento do grupo dirigente da ditadura militar brasileira se pautou, desde o seu primórdio, nas concepções da Doutrina de Segurança Nacional, na qual questões militares, políticas, sociais e de poder se organizavam em um modelo teórico a ser utilizado. Uma concepção de pertencimento a uma sociedade coesa e nacional era o preceito e modelo desejado pelos propositores da doutrina. Portanto, não ha-

⁴ O Estado reconhece os mecanismos coercitivos constitucionais como insuficientes na ação de coação e neutralização dos descontentamentos sociais e políticos, a violência estatal amplia-se de forma institucionalizada, extrapolando o uso da força e da repressão para conter o processo de contestação ao sistema. PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p.153-154.

⁵ Idem, op. cit., p.172.

via espaço para a ideia de sociedade dividida em classes antagônicas, nem para conflitos que ruíssem a lógica de unidade nacional.

1.1 – A Doutrina de Segurança Nacional

A justificativa ideológica que permeia o discurso da ditadura militar, desde seu golpe e por toda a sua duração, está posta na lógica da Doutrina de Segurança Nacional. DSN, que tem sua construção teórica ligada aos Estados Unidos e difundida, no Brasil, por meio da Escola Superior de Guerra.⁶ Fundamentalmente a Doutrina de Segurança Nacional está relacionada aos tempos de Guerra Fria e às constantes disputas de poder entre Estados Unidos e União Soviética. Foi introduzida, inicialmente, nas academias militares americanas. A ideologia intrínseca a teoria da Doutrina de Segurança Nacional se manifesta no entendimento de guerra permanente e total⁷, fortalecendo a noção de segurança coletiva entre os países envolvidos.

A lógica de guerra total exposta e defendida pela Doutrina de Segurança Nacional remete a uma intensa participação ou alinhamento de ideias, não havendo espaço para a manutenção de neutralidade. Algumas nações que optaram pelo não posicionamento acabaram por sofrer sanções e retaliações, principalmente no nível da política externa e inserção na política internacional.⁸ Outra característica fundamental no conceito de guerra total está vinculada à ideia de que o conflito não alcançava apenas fronteiras internacionais, previa, ainda, o combate ao inimigo interno. Portanto, enquadrava-se também no contexto político da Guerra Fria e no alinhamento ao confronto com o inimigo o combate ao comunismo internacional.

A Doutrina de Segurança Nacional no Brasil tem a sua difusão na formação da Escola Superior de Guerra, principal centro de estudos militares do país desde a década de 1950. Apesar da estrutura teórica e da influência externa, não deixou de ser construí-

⁶ BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.20.

⁷ Idem, op. cit., p.24

⁸ A neutralidade defendida pela Argentina, no episódio conhecido da Conferência do Rio de Janeiro em 1942, foi o caso mais emblemático de não alinhamento na América Latina. Em um contexto em que os Estados Unidos visaram assegurar a solidariedade dos diversos países do continente diante das agressões militares japonesas a seu território e afastar qualquer influência do Eixo no território. RAPOPORT, Mário. *Aliados o Neutrales? La Argentina Frente a la Segunda Guerra Mundial*. Buenos Aires: Eudeba, 1988, pp. 16-17

da com traços da tradição política brasileira e da concepção nacional de geopolítica.⁹ A geopolítica associa-se ao quadro de projeto político de Estado, em que se torna vital a política interna, externa e a localização geográfica do país. A interlocução deste pensamento teve, no Brasil, a figura do general Golbery do Couto e Silva como principal ideólogo e arquiteto da segurança nacional no regime instaurado após março de 1964. Figura fundamental na ditadura militar brasileira, Golbery esteve à frente de funções estratégicas da administração dos governos de Castelo Branco como ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações e de ministro da Casa Civil nos períodos de Ernesto Geisel e João Figueiredo.

A preocupação com o estabelecimento do regime implantado em 1964 e sua sustentação leva à percepção de que o processo de enrijecimento do Estado esteve intrinsecamente relacionado à construção ideológica de uma ditadura soberana.¹⁰ A Doutrina de Segurança Nacional, portanto, estabelece a política nacional a certo alinhamento internacional de segurança e vigilância interna, de forma que o âmbito político se dissocia na esfera militar em torno do tema da segurança. A guerra interna toma a centralidade do espaço político, tornando a busca e a eliminação do inimigo interno estratégica e justificando a necessidade dos instrumentos de segurança e de informações.

1.2 – O Serviço Nacional de Informações

O campo da informação tornara-se fundamental para o estabelecimento da ditadura militar, sendo responsável por recolher e difundir informações, primeiramente, para o alto comando administrativo, em especial ao presidente da República. O general Golbery do Couto e Silva também se destacaria na estruturação e organização sistêmica das informações de interesse à ditadura militar, pois esteve ligado a este trabalho desde os anos anteriores ao golpe de 1964. No Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Golbery em atividade junto a outros setores da política brasileira reuniu diversas infor-

⁹MIGUEL, Luis Felipe. Segurança e Desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. *Diálogos Latinoamericanos*, Universidad de Aarhus, Dinamarca, n.5, p.40-56, 2002.

¹⁰ O conceito de ditadura soberana utilizado se define ao fato de que o direito não se estabelece por normas e comportamentos impostos por poder juridicamente regulado, ao passo de estabelecer padrões sociais e de reger situações individuais. Caberia sob tal ditadura, o Estado estabelecer e criar as normas discricionárias e sem limitações, passaria ser aquele também responsável por romper a ordem constitucional vigente por arbitrariedade. BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.26-27.

mações de movimentos sociais e políticos a fim de estabelecer uma proposta oposicionista ao governo do então presidente João Goulart e seus aliados.¹¹ As diversas fichas e dossiês produzidos no IPES foram transferidos para o Serviço Nacional de Informações (SNI) pouco tempo após a sua criação.

A criação do SNI, portanto, foi uma das primeiras ações do governo Castelo Branco, visto que não havia dúvidas em relação à necessidade de criar um órgão responsável por estabelecer parâmetros, recolher e canalizar a informação. A necessidade de uma organização sistêmica da informação não surgira necessariamente com a ditadura militar; já nos anos de 1950 havia um Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SCFI), atrelado à secretaria do Conselho de Segurança Nacional, que desempenhava tal atribuição.¹² Entretanto, o regime militar não demonstrava confiança neste serviço, por isso, entendia necessária a constituição de um órgão mais seguro e próximo do poder central.

Antes do surgimento do SNI, as ideias provenientes da Doutrina de Segurança Nacional relacionadas à segurança nacional e ao inimigo interno se estabeleceram nas diretrizes do Conselho de Segurança Nacional. A este órgão destinou-se a incumbência de estabelecer uma política de segurança, todavia, até 1968 mesmo estando previsto em lei desde 1967, não se havia formulado um Conceito Estratégico Nacional.¹³ As mudanças efetuadas na lógica da segurança nacional apenas confirmaram o SNI à frente de todo o setor responsável pelas informações no Brasil, porém, firmaram maior relevância e poder ao órgão. A chegada do general Costa e Silva à presidência e o assessoramento do também general Jayme Portella junto ao Conselho de Segurança Nacional, permitiram a ampliação do poder deste Conselho e da envergadura do SNI. Assim, estruturando uma ampla rede de informação que adentrava quase que plenamente a esfera pública, conhecido como o Sistema Nacional de Informações (SISNI), encabeçada pelo SNI.¹⁴

O SNI, como figura central de toda uma estrutura de formação, tornou-se o responsável pelo gerenciamento das demais seções de informação em todo o território na-

¹¹FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.175.

¹²Idem, op. cit., p.175-176

¹³Alínea primeira do artigo 40 do Decreto-lei nº 200, de 25 fev. 1967.

¹⁴FICO, Carlos. **Como eles agiam** - Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2003. p.75.

cional. Seu coordenador possuía um cargo de *status* ministerial, tendo a função de assessorar o presidente da República e todo o seu gabinete. A amplitude de todo o sistema encarregava ao SNI de um domínio sobre diversos temas, pois era responsável por coordenar os demais órgãos de informação da administração pública. Contudo, os órgãos e setores militares de informação não se enquadravam na alçada de fiscalização do SNI, sendo este apenas capaz de atuar de forma consultiva em relação à doutrina e protocolar.¹⁵ Sinteticamente o SNI recolhia, produzia, mandava produzir e difundia informação.

A forma como cumpria sua função estava exposta em sua organização e divisão, pois o SNI possuía uma agência central, na qual estava sua chefia, seu gabinete, a secretaria administrativa, a de finanças e suas agências regionais. Nada muito além da burocracia comum à esfera pública, no entanto, a sua composição interna denotava o caráter diferenciado da instituição. Nos setores de Informações Estratégicas, Segurança Interna e Operações Especiais é que estavam lotados o pessoal formado e graduado na Escola Nacional de Informações (EsNI), sendo esses militares e civis.¹⁶ As agências regionais seguiam, na medida do possível e do necessário, essa mesma estrutura central e era municiada pelos alunos graduados na EsNI.

A agência central do SNI era responsável por coordenar também as ações e atividades dos “Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis”, que representavam uma parte do SISNI.¹⁷ Neste estavam inseridas as Divisões de Segurança e Informações (DSI) de cada Ministério e as Assessorias de Segurança e Informação (ASI) e/ou Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI)¹⁸ de empresas públicas e órgãos públicos, sendo estas últimas normalmente subordinadas a uma DSI, que, por sua vez, respondia ao SNI. Assim, formava-se uma cadeia básica da estrutura de funcionamento hierárquico do sistema. O funcionamento das DSIs por muitas vezes fora questionado e tornou-se motivo de problemas para o SNI e para as chefias da administração pública, pois, em alguns casos, as DSIs de Ministérios assumiram poderes para além de sua legitimidade, confrontando a autoridade do ministro. Assim, sendo o SNI o respon-

¹⁵ Idem, op. cit., p.81.

¹⁶ FICO, Carlos. op. cit., p.82.

¹⁷ O Sistema Nacional de Informação de certa forma exemplifica a burocratização da ditadura militar, pois era composto também pelos Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares e o Subsistema de Informações Estratégicas Militares.

¹⁸ A delegação se tal órgão teria uma “Divisão” ou uma “Assessoria” não estava unicamente ligada a subordinação hierárquica entre os órgãos, e sim atrelada à importância e interesse do tipo de informação a ser produzida e recebida no órgão. Como em alguns casos de universidades que tinham uma DSI, sendo que sua instância superior, o Ministério da Educação, também possuía uma DSI/MEC.

sável pela administração das DSIs e capaz de confrontar o poder ministerial, denotava seu tamanho e força junto ao regime.

Ao lado de alguns ministérios específicos havia outros órgãos de informações além da própria DSIs. Estes são os casos dos ministérios da Justiça, do Interior e das Relações Exteriores, que possuíam respectivamente: o Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal, os órgãos de informações dos territórios federais¹⁹, e o Centro de Informações do Exterior (CIEEX). O tamanho da estrutura de informação montada no país permite levantar que os gastos com a manutenção e a especialização dos agentes foram altos e problemáticos para o governo militar, visto que o contingente, principalmente no período de acirramento da repressão, era relativamente numeroso.²⁰ Importante, também, além das despesas com pessoal, estavam os gastos materiais e logísticos com o único intuito de combate à “subversão”.²¹

1.3 – Os órgãos militares

Outros órgãos de informação foram gerados ou aprimorados no contexto de intensificação da repressão na ditadura militar. A área de informação ligada as Forças Armadas ativava seus órgãos para além das segundas seções dos gabinetes ministeriais militares. O Centro de Informações do Exército (CIE) e o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa) foram criados em períodos bem próximo no ano de 1968 e basicamente articulados para o combate ao inimigo interno, ou seja, aos movimentos opositores ao regime militar. A Marinha também possuía seu órgão de informação atuante, porém já existia desde 1955, o chamado Sistema de Informações da Marinha (SIM), transformando-se em Cenimar dois anos mais tarde, e mudando sua forma de atuação no mesmo período que os outros órgãos das duas outras forças.²² Tais órgãos compunham os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares na estrutura de organização do SISNI.

¹⁹ Não as agências regionais do SNI, sim órgãos ligados a governos estaduais e municipais.

²⁰ FICO, Carlos. op. cit., p.89.

²¹ O uso do conceito se encontra entre aspas, com intuito de destacar o sentido pejorativo utilizado pelos militares e na documentação oficial do período.

²² ANTUNES, Priscila. Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, Brasil e no Chile. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p.219 - 222.

Os centros de informações militares não se restringiram à área de espionagem dos “subversivos” e/ou grupos políticos, mas se envolveram diretamente na chamada segurança nacional, manutenção do regime e da ordem. Sendo assim, não se limitando à inteligência militar, se destacaram no poder repressivo de forma policial. A experiência mais lembrada, na historiografia do período, de atuação repressiva dos três centros militares ficou conhecida como a Guerrilha do Araguaia.²³ Embora esse não fosse o ponto central de atuação do SNI, muitos de seus agentes foram ativos no processo de busca de informações, sendo muitos apontados como participantes em prisões e torturas.

Além destes centros militares de informações havia uma última parte que compunha o SISNI, conhecido como o Subsistema de Informações Estratégicas Militares (SUSIEM), que se caracterizava por organizar as informações relacionadas às operações militares, com destaque para as relações de fronteira. O SISNI possuía na coordenação o ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e composto pelas segundas seções dos Estados Maiores das Forças Armadas: Armada/Marinha (M-20), Exército (2ª/EME) e Aeronáutica (2ª/EMAer); e contava com a presença do Centro de Informações do Exterior (CIEX) sediado no Itamaraty.²⁴ Este destacava o papel principal da segurança nacional, mesmo que não se restringisse à fronteira nacional, ou seja, a vigilância e o combate ao inimigo interno se dava até mesmo em território estrangeiro. Essas seções de informação, portanto, limitavam-se às operações militares; isso se confirmou apenas no campo formal de organização do SISNI, pois, na prática, todas pertenciam ao Subsistema de Informações Estratégicas Militares e se envolveram no campo político e de segurança destinado à comunidade de informações. Muitos dos seus membros receberam, produziram e difundiram informações que correspondiam à vigilância e a repressão dos adversários da ditadura militar.

1.4 – O Centro de Informações do Exterior

O Centro de Informação do Exterior adquiriu um caráter diferencial, pois, estruturalmente compunha a SUSIEM, físico e materialmente estava ligado ao Itamaraty e organicamente subordinado ao SNI. Embora estivesse subordinado a este, a maioria de

²³ CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia**: a esquerda em armas. Goiânia: Editora UFG, 1997.

²⁴FICO, Carlos. op. cit., p.90

seus funcionários compunha o quadro institucional do Ministério das Relações Exteriores, tendo como responsável um diplomata. Por ser fundamental na busca de informações e vigilância do inimigo interno, no exterior, possuía vínculo direto com o eixo da comunidade de informações. Suas atividades basicamente concentraram os esforços de monitorar brasileiros e estrangeiros envolvidos de alguma forma com a política nacional e ideologicamente contrários ao regime em vigência.

O CIEX em seu início se preocupava em vigiar o então ex-presidente João Goulart, que se encontrava exilado no Uruguai, e seus principais companheiros e líderes políticos, como o governador Leonel Brizola e o almirante Cândido Aragão.²⁵ Além da produção de relatórios de conjunturas políticas de outros países, com a devida atenção aos vizinhos do Cone Sul (Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai), como nos casos destacados de informes sobre o estado de saúde do então presidente argentino Juan Domingo Perón e as movimentações políticas em torno do contexto; e a análise minuciosa e relatos de reuniões de lideranças, em todo o período que precede a deposição do presidente chileno Salvador Allende em 1973. Entretanto, não deixava de municiar a comunidade de informações, em especial o SNI, de informes e busca de informação em diversas partes do mundo, com um cuidado diferenciado para os Estados socialistas, sobretudo quando havia alguma ligação com movimentos políticos de esquerda no Brasil.

26

Os informes produzidos pelo CIEX trazem uma narrativa diferenciada da grande maioria dos documentos criados pela comunidade de informações, por se tratar dos assuntos externos, e também vivenciados e colhidos por diplomatas, adidos militares e agentes de informação responsáveis e especializados nesta espécie de espionagem. Os que trabalharam como membros do centro não estavam por obrigação atuando nas funções de informação, apesar de muitas vezes terem sido renegados por suas atuações por outros colegas do Itamaraty.²⁷

O CIEX, desde sua estruturação em 1966, preocupou-se com os assuntos políticos e com os exilados brasileiros em terras estrangeiras, acentuando sua atenção de

²⁵Cf. CIEX, Informe, "Reunião de asilados na residência de João Goulart". 8 de maio de 1966. Secreto.CIEX, 1966.

²⁶PENNA FILHO, Pio. "O Itamaraty nos anos de chumbo – o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 2009. v. 52. n.2. p.46.

²⁷PENNA FILHO, Pio. Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEX): O elo perdido da repressão. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, 21, nov. 2011.p.84.

acordo com a conjuntura política interna, externa, e o grau de relevância do personagem ou entidade monitorada. Silenciosamente foi produzindo informações, documentadas e difundidas que, ao final dos vinte anos de trabalho, somaram oito mil documentos aproximadamente. No entanto, o Itamaraty já possuía experiência em monitorar membros do Partido Comunista do Brasil (PCB) em atividades internacionais no contexto do pós Segunda Guerra Mundial. Informações foram produzidas, principalmente nos países fronteiriços, Uruguai e Argentina, constando, antes mesmo do surgimento do CIEEX, de valiosas fontes sobre o movimento comunista na região.²⁸

Seguindo os critérios de avaliação de veracidade e fidedignidade, estabelecidos pelo SNI, os agentes de informação do CIEEX acompanhavam o dia-a-dia de conjunturas políticas, grupos e indivíduos de interesse para além das fronteiras. Os informes seguiam um padrão estrutural em que era qualificada a fonte da informação, onde a fidedignidade classificava-se em uma escala alfabética variando de “A” a “F”, e a classificação da veracidade representada pelos números 1 a 6. Sendo assim, uma informação poderia ter uma variabilidade de classificação, desde uma informação segura até uma inconsistente.²⁹

O CIEEX, portanto, apresentava-se como parte de todo um aparato de espionagem e repressão, que expunha também o comprometimento do Itamaraty e de seus diplomatas com a ditadura militar, visto que foram responsáveis por uma intensa vigilância e monitoramento de vários brasileiros espalhados pelo mundo no exílio, o que confrontava com o argumento defendido pelo próprio Ministério e por alguns diplomatas de que não haviam se envolvido com as violações de direitos nem com as arbitrariedades praticadas pela ditadura militar. Para isso, contaram com apoio internacional, principalmente dos países do Cone Sul, onde a maior parte dos brasileiros exilados se encontravam. Antes mesmo do processo de cooperação dos sistemas de informação dos vizinhos, que ficara conhecida como a Operação Condor, o CIEEX atuava de forma regular e eficiente no âmbito externo.

O governo brasileiro, durante todo o regime militar, se preocupou com os movimentos e as políticas de esquerda dos países do Cone Sul, com atenção especial para Argentina, Uruguai e Chile. No que diz respeito aos chilenos, a informação de que o

²⁸PENNA FILHO, Pio. op. cit., p.83.

²⁹FICO, Carlos. op. cit., p.95.

presidente Médici se reuniu com o então presidente norte-americano Richard Nixon, em dezembro de 1971, com intuito de colaborar com a desestabilização do governo de Salvador Allende, revela o interesse e a atenção brasileira no Chile.³⁰ Portanto, denota a importância de análise da visão brasileira do golpe militar no Chile, especialmente pelo monitoramento diário realizado pelo CIEX.

2 – O Chile à esquerda: o governo de Salvador Allende

A década de 1970 no Chile ficou marcada por uma mudança política de impacto para além de suas fronteiras. A emergência de uma legenda de esquerda para o comando do poder Executivo chileno, sob a liderança do experiente político Salvador Allende, ampliou as atenções do mundo para este processo histórico.³¹ A via eleitoral de ascensão da Unidade Popular (UP) denotou um novo caminho de alcance ao poder para um movimento socialista. No entanto, não fora apenas o fato de Salvador Allende ser o presidente do Chile que impactou o cenário político latino-americano, a curta trajetória de Allende e o doloroso golpe sofrido em 11 de setembro de 1973 deixariam uma profunda ruptura nos anos de estabilidade institucional e democrática.

O golpe militar instaurado por Augusto Pinochet inaugurou um longo regime que durante dezessete anos estabeleceu uma lacuna no poder democrático chileno. A derrota de Allende, portanto, representou uma ação de grande pujança, apesar de o governo ter assumido em 1970 em meio a uma crise, pois o rompimento da ordem democrática abalaria uma estrutura política histórica no Chile. Entre os diversos fatores que envolveram a derrocada do governo da UP, alguns se destacam e expõem as fragilidades administrativas. Os principais aspectos foram: o processo eleitoral de 1970, em meio a um período conturbado da presidência de Eduardo Frei, e a eleição de Salvador Allende presidente com um apoio restrito; a dificuldade de manutenção de um cenário político estável entre os projetos políticos e sociais diferentes das três principais corren-

³⁰Informação disponível em: "Meeting with President Emílio Garrastazu Médici of Brazil on Thursday, December 9, 1971, at 10:a.m., in the President's Office, the White House". Acessado em: <http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB282/Document%20143%2012.9.71.pdf> Acessado em: 04/11/2013.

³¹ ANGELL, Alan. La izquierda em América Latina desde c. 1920. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. Vol.12 Política y Sociedad desde 1930. Barcelona: Crítica, 1997. p. 112.

tes políticas: os socialistas-comunistas, a democracia cristã e os liberais e nacionalistas; as reformas propostas por Allende nos mais variados setores da sociedade, com destaque para a reforma agrária e a estatização de indústrias mineradoras, ocasionando um acirramento e um desequilíbrio governamental; e, por último, a influência do cenário político internacional, fundamentalmente, o incômodo dos Estados Unidos sobre a opção chilena pelo socialismo, e também a atenção de seus vizinhos, como o Brasil.

2.1 – A eleição de Salvador Allende

O processo eleitoral que permitiu a Salvador Allende assumir a presidência do Chile teve seu desenrolar de forma complexa e delicada. Desde a escolha da formação da Unidade Popular, passando pela opção por Allende à frente da aliança, o processo eleitoral e a tensão em torno da posse como presidente. O difícil caminho enfrentado na administração de Salvador Allende já se denotava desde todo o processo eleitoral, visto que os conflitos políticos e sociais estiveram sempre relacionados à força e a importância dos partidos e dos atores políticos.

A eleição de Salvador Allende em 1970 percorreu um processo político longo e que proporcionou aos partidos políticos da esquerda chilena uma amplitude e uma responsabilidade diante da sociedade. A compreensão das quatro ocasiões em que Allende fora candidato à presidência do Chile revela toda a transformação necessária, com alianças e rupturas, até a chegada ao poder. Allende foi candidato pela primeira vez no ano de 1952,³² obtendo um fraco desempenho eleitoral, sendo aquelas eleições vencidas por Carlos Ibañez del Campo, que recebera parte do apoio da esquerda. As duas candidaturas seguintes foram representadas pelo processo de unificação da esquerda na *Frente Acción Popular* (FRAP), denotando maior força e obtendo uma expressiva votação nos anos 1958 e 1964, porém sem alçar à vitória.³³

As principais correntes que construía a UP em 1970 também estavam presentes na FRAP, porém após a derrota, em 1964 para Eduardo Frei e a Democracia Cristã (DC), o Partido Socialista e o Partido Comunista voltavam as suas bases para a constru-

³² Salvador Allende foi senador por quatro legislaturas, por diversas regiões chilenas e todas ligado ao Partido Socialista e Ministro da Saúde no governo de Pedro Aguirre Cerda (1939-1941), antes de se candidatar pela primeira vez à presidência do Chile em 1952.

³³ AGGIO, Alberto. **Democracia e socialismo**: a experiência chilena. São Paulo: Annablume, 2002.

ção de um novo projeto político. Os socialistas tenderam a desacreditar na via eleitoral de conquista do poder após a derrota, entretanto, acabaram por adotar uma postura mais centralista e democrática, sem abandonar a necessidade do confronto de classes e agitação popular para a ascensão do socialismo. O projeto socialista, portanto, visava à formação de uma unidade política com objetivos de superação da crise econômica, emancipação política e econômica internacional, e lutava por uma ampla adesão social. No entanto, o Partido Comunista analisou que o momento era de ampliar as alianças e o projeto de poder popular dependeria de uma aproximação de lideranças progressistas com os democrata-cristãos. O núcleo entre comunistas e socialistas não deveria ser diluído, mas a amplitude da aliança deveria ser estratégica.³⁴

Na construção da Unidade Popular os projetos foram discutidos e realinhados para a conjuntura política das eleições. Antes a UP tivera uma prévia para a decisão de qual nome representaria a candidatura pela aliança, além de Allende pelo PS, estavam o poeta Pablo Neruda, representando o PC, Alberto Baltra, pelos radicais e alguns outros nomes dos grupos que compunham as bases da UP. Os socialistas, apesar de não muito confiantes no nome de Allende, acabaram por liderar a UP. A desconfiança em Allende estava na justificativa de que ele não via com bons olhos a corrente de pensamento do partido que vislumbrava alcançar o poder por vias paralelas à ordem institucional democrática. Assim, a proposta política de Allende e da Unidade Popular buscava dar um passo à frente das experiências passadas, investindo na construção do socialismo de forma ampla e democrática.

A eleição presidencial de 1970 expôs o cenário dividido no Chile, no qual três forças políticas bem definidas apresentavam alternativas políticas e programas políticos polarizados. As figuras dos candidatos representavam bem as diferenças dos três grupos, primeiro uma aliança à esquerda guiada por Salvador Allende, e um projeto explícito não apenas de substituição governamental, mas de transformação do Estado rumo ao socialismo; a Democracia Cristã que apostava em Radomiro Tomic e um centralismo mais próximo do pensamento progressista; e o experiente e ex-presidente Jorge Alessandri, candidato pelo Partido Nacional e plenamente o candidato da direita chilena.

Assim como em 1964, na ascensão de Eduardo Frei à presidência, os Estados Unidos estiveram atentos e preocupados com a eleição no Chile. O embaixador ameri-

³⁴AGGIO, Alberto. op. cit., p.104 – 106.

cano no Chile, Edward Kowry relatava com preocupação o destino político daquele pleito, pois não via em Tomic a figura a encampar forças por parte dos Estados Unidos, como haviam trabalhado com Eduardo Frei. A possível ascensão de Salvador Allende ao poder era vista de forma perigosa. No entanto, não havia consenso entre os representantes americanos responsáveis em manter o Chile sob sua influência, pois o representante legal, Kowry, sinalizava que entre as alternativas restava Tomic, mesmo com a restrição do embaixador às ideias próximas a esquerda, já a CIA via como alternativa um possível apoio a Alessandri.³⁵

O cenário de embates acabou atingindo seu estado mais crítico com a vitória de Allende nas urnas com apenas 36% dos votos, superando Alessandri que obteve 34% e Tomic que atingiu, aproximadamente, 27% dos votos no pleito. Dado o resultado, era público o interesse de diversos setores da sociedade em impedir a posse de Allende, visto que este dependia da ratificação do Congresso chileno, por não ter atingido a maioria absoluta nas eleições. Entre os principais agentes na tentativa da negação a Allende na presidência estavam o Partido Nacional e a CIA, que propunham uma negociação com os parlamentares democrata-cristãos a fim de barrarem por meios institucionais a posse do presidente eleito.³⁶ No entanto, a Unidade Popular impulsionou uma mobilização nacional pela garantia de posse, e a Democracia Cristã, que havia concorrido com um candidato mais a esquerda, reconheceu a conquista de Allende. A postura da DC claramente evidenciou um objetivo político de se garantir como força relevante na política e preservadora das estruturas institucionais e democráticas.³⁷

2.2 – A “via chilena ao socialismo”: o governo de Salvador Allende (1970-1973)

A fragmentação política nas eleições e a dificuldade para a posse do presidente eleito deram um primeiro sinal dos impasses enfrentados durante os anos de Salvador Allende à frente do poder Executivo. O episódio da posse do presidente foi extrema-

³⁵ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 141 – 145.

³⁶ A direita chegou a manifestar abertamente uma estratégia que favorecesse a DC, onde ratificariam a segunda maioria obtida por Jorge Alessandri, que renunciaria em favor de um novo pleito que o Partido Nacional se comprometeria apoiar uma candidatura democrata-cristã. AGGIO, Alberto. **Democracia e socialismo: a experiência chilena**. São Paulo: Annablume, 2002. p. 111.

³⁷ Idem, op. cit., p. 110-112.

mente representativo da situação polarizada e do poder antagônico das forças políticas. O atentado organizado pelo radicalismo da direita, o Pátria y Libertad, e amparado pela CIA, fez vítima o comandante-em-chefe do Exército chileno, general René Schneider.³⁸ A tentativa de evitar a investidura de Allende acabou por falhar, mas a arena de conflito estava posta para os anos que seguiam.

O governo de Salvador Allende apostou em três pilares para iniciar o projeto de construção do socialismo. Os objetivos básicos do projeto revolucionário do governo concentravam-se na nacionalização plena do cobre e dos demais recursos naturais, na luta contra o latifúndio e na melhoria das condições de vida dos povos menos favorecidos. O governo Allende estava disposto a desencadear as mudanças propostas dentro dos preceitos legais, transformando a realidade política, econômica e social. As diversas tentativas de apoio e alianças com os democrata-cristãos por muitas vezes não resultaram em sucesso; ao governo restava buscar outro meio de ação. A frágil imagem do governo junto ao Congresso chileno obrigou a ação de Allende e da Unidade Popular se dar pela via do poder Executivo.

O objetivo de recuperar os recursos naturais chilenos, em especial o cobre, foi efetivado em 1971; a nacionalização visava romper com a dependência econômica garantindo a ampliação e o gerenciamento do Estado sobre os recursos minerais. A liberdade e independência econômica almejada pelo governo da UP estavam diretamente ligadas à retomada do cobre, do salitre e do ferro aos recursos estatais. O amplo impacto dessa medida incomodaria as elites exploradoras de minério, e principalmente as grandes empresas norte-americanas Anaconda e Kennecot.

A nacionalização dos recursos naturais extrativos do Chile estava inserida em um projeto de maior envergadura da UP, pois se enquadrava no que foi denominado de Área de Propriedade Social, que fundamentalmente servia de base ao processo de transformação da economia e da sociedade chilena.³⁹ O foco, não estava em estatizar toda a economia; objetivava-se resolver os problemas populares, o fortalecimento e garantia do

³⁸ O atentado ocorrido em 22 de outubro de 1970, contra o general René Schneider, foi atrelado a um grupo de conspiradores das Forças Armadas chilenas, membros do Pátria y Libertad e o apoio norte-americano da CIA. Tal fato teria ocorrido por Schneider ter manifestado-se contrário a qualquer ação extralegal que visasse a posse de Allende na presidência do Chile. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 179 – 180.

³⁹ AGGIO, Alberto. op. cit., p. 115.

trabalho, livrar-se da dependência econômica externa, maximizar o desenvolvimento e a luta pela estabilidade política e econômica.

A estratégia econômica estava dividida de três formas de atuação, sendo a primeira a área de propriedade estatal, composta pelas empresas do Estado e os monopólios estrangeiros e nacionais, destinada a tratar de assuntos relativos como o próprio minério, indústrias, bancos e outras áreas estratégicas delimitadas pelo governo chileno. Já a segunda foi definida como a área de investimento misto integrada pelas empresas de capital privado (nacional e estrangeiro) e o capital público que administrassem os recursos e basicamente unissem o interesse comercial às demandas sociais. Por último a área da propriedade privada, composta em sua maior parte pelas empresas particulares. O governo trabalhava com a ideia de desenvolver e estabelecer tal setor em pleno funcionamento legal.⁴⁰

O estabelecimento da estrutura econômica visava introduzir um forte processo de distribuição de renda, sustentar a mudança da lógica contrastante social e desenvolver uma nova política comercial e produtiva no Chile. A proposta de Allende da reforma agrária seguiria concomitantemente todo esse processo, pois acreditava na necessidade de nova estruturação do meio rural. A organização e a distribuição de terras ocorreriam pela desapropriação de terras que extrapolassem limites determinados, com intuito básico de criar cooperativas agrícolas; segundo a proposta, o trabalhador rural receberia um título de domínio. A reforma agrária ocorreu em ritmo acelerado no Chile, logo nos primeiros meses da gestão de Allende já haviam milhares de hectares desapropriados. Entretanto, os impasses políticos diante das propostas de reformas do governo permaneciam. Os descontentamentos da oposição, a radicalização da própria esquerda e a progressiva influência dos Estados Unidos, na figura de sua agência de segurança, contribuíam para a desestabilização, acentuando as dificuldades para a via democrática para o socialismo encampada pela Unidade Popular.

O campo da política externa ficou bem definido com a manutenção de princípios históricos como o legalismo, o multilateralismo e o respeito aos acordos internacionais, mas incorporando uma posição política e ideológica a ser estabelecida pela diplomacia do governo da UP. A escolha dos ministros das Relações Exteriores chilenos foi estratégica e obedecia a certo padrão de ideário político. Visto que durante toda a adminis-

⁴⁰ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. op. cit., p. 263.

tração, Allende se viu obrigado a realizar diversas trocas ministeriais, o fato de no Ministério das Relações Exteriores terem ocupado a pasta apenas dois nomes, Clodomiro Almeyda e Orlando Letelier, denota a estabilidade e a continuidade na condução da temática internacional chilena.⁴¹

A política externa chilena defendia a sua total autonomia no cenário internacional, mantendo relações com qualquer país que atendessem aos interesses do projeto político nacional. A diplomacia tinha como princípio a defesa a autodeterminação dos povos e o direito de independência das nações na direção dos seus próprios recursos. A política interna que almejava ao socialismo influía a posição externa do Chile, pois havia uma postura pragmática de um pluralismo ideológico que unificava o pensamento externo ao interno na concepção de um socialismo democrático.⁴² Havia uma perspectiva de amplitude das relações externas com tal postura, tendo um aprofundamento das relações diplomáticas com os países europeus, um maior investimento soviético e uma tentativa de dissuadir os Estados Unidos de uma interferência direta no governo Allende, mas que na prática não fora eficaz.

2.3 – Da crise ao golpe militar (1971 – 1973)

A oposição sofrida por Salvador Allende durante a sua administração, desde a disputa política convencional com os adversários, passando pelas reformas estruturantes, até o sentimento plenamente antagônico da via democrática para o socialismo, basicamente deixava o líder da Unidade Popular em um constante enfrentamento de crises. Não obstante, as inúmeras sanções econômicas e suspensões de créditos dos organismos internacionais estrangulavam o poder de importação das manufaturas e produtos industriais pelo Chile. A intervenção indireta dos Estados Unidos na política chilena e a insistência na derrocada de Salvador Allende pela CIA contribuíam também para a frágil situação interna.

Allende se mostrou um hábil e experiente político capaz de mediar os conflitos internos de um governo de coalisão, reflexo de seus vários anos como parlamentar, mas

⁴¹FERNANDES, Fernanda de Moura. **De Golpe a Golpe**: política exterior e regime político no Brasil e no Chile (1964-1973). 2007. 130 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília. 2007. p. 75.

⁴² Idem, op. cit., p. 77.

o seu papel como um revolucionário empenhado no projeto ideológico de transformação e superação do capital acabara por entrar em rota de colisão com o momento político internacional e a polarização das classes internas. A busca pela melhoria das condições sociais dos desfavorecidos, com as inúmeras intervenções econômicas teriam um efeito colateral próprio de um sistema sustentado pelo capital. O descontentamento dos proprietários das empresas, principalmente as de porte médio, crescia junto aos índices de inflação e refletia o antagonismo do setor diante das interferências do Estado na economia.⁴³

A Unidade Popular pretendia resguardar seu projeto político dos embates no Congresso, ou seja, temia uma graduação da implementação do programa. O caminho escolhido de não haver um acordo explícito com a Democracia Cristã acabou por promover um desgaste político da esquerda na sociedade. A Democracia Cristã, desde o princípio, assumia a oposição política de forma ampla e institucional, buscando travar ao máximo o poder de alcance do projeto socialista da UP.⁴⁴

A eleição parlamentar de 1971, porém, acabou por impor à Democracia Cristã uma diminuição de seus quadros no Congresso e proporcionou um considerável fortalecimento da esquerda, o que fez a direita obrigar-se a recuar no embate ideológico e internamente debater uma aproximação com governo da UP. No entanto, um episódio curioso e irresponsável de um pequeno grupo da esquerda radical inverteria todo o cenário e colocaria a Unidade Popular na defensiva e num ambiente de questionamento sobre os problemas da ordem pública.⁴⁵ A direita ganhara espaço nas ruas e na imprensa em geral e diversas mobilizações locais começavam a agitar o final do primeiro ano de Salvador Allende. O protesto das panelas vazias, uma passeata de mulheres organizada pela oposição à UP, questionando o desabastecimento das grandes cidades, acabou se transformando em um conflito intenso que ampliou a polarização política nas mais diversas instâncias.

Os dias que se passaram acirraram ainda mais a situação política do governo Allende; a dificuldade em resolver os problemas econômicos e o déficit nacional levaram

⁴³ BITAR, Sergio. **Transição, socialismo e democracia**: Chile com Allende. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.p. 198-206.

⁴⁴ AGGIO, Alberto. op. cit., p. 117.

⁴⁵ O ex-ministro do governo de Eduardo Frei, Pérez Zujovic, conhecido por ser o responsável pelas ações repressivas contra as manifestações populares no governo do ex-presidente, foi assassinado pelo grupo Vanguarda Organizada do Povo em um atentado da esquerda radicalizada. GARCÉS, Juan E. **Allende e as armas da política**. São Paulo: Página Aberta, 1993.p. 137 – 139.

UP e DC a discutirem o rumo das finanças do país. O longo período de intransigência de ambas as partes e a difícil resolução da conformação da nova economia foram vistos refletidos na insatisfação popular e na agonia que passava o Executivo. A queda do Ministro da Economia, Pedro Vuskovic, e a perpetuação da insegurança econômica denotavam a crise institucional no país. Somente em julho de 1972 Allende pode apresentar um novo programa financeiro: os preços dos produtos básicos foram elevados, os impostos para as classes altas também sofreriam um aumento expressivo. A alta dos valores dos produtos básicos fez com que a inflação disparasse, obrigando o governo a lançar um ajuste salarial a todos, mesmo sem fundos para isto.⁴⁶

O desgaste da renda e a inflação incontrolável levaram diversos setores produtivos e logísticos a mobilizarem uma greve nacional em outubro daquele mesmo ano. O Chile estava parado e os conflitos nas principais cidades se acentuavam. A oposição a Allende insuflava os diversos movimentos para protestarem contra o governo central, a esquerda não estava mais aliada à Unidade Popular, a fragmentação enfraqueceu o apoio de setores da esquerda a Allende e permitiu uma radicalização de alguns grupos como o Movimento Izquierda Revolucionaria (MIR) no confronto direto nas ruas chilenas. As disputas entre os dois polos opostos da política passara a ser armadas e violentas, sendo os grupos da extrema direita altamente beneficiados pelos volumosos investimentos da CIA.⁴⁷

A solução para o impasse de outubro foi a convocação de Allende para composição de um novo gabinete ministerial contando com alguns militares e importantes nomes da política nacional. Entre os militares cabe destacar a presença do comandante-em-chefe do Exército chileno, Carlos Prats, que assumia o essencial Ministério do Interior do Chile. Prats representava um nome de confiança de Allende em meio às Forças Armadas e uma figura central na defesa da constitucionalidade do Estado.

Os conflitos foram suspensos, mas deixavam a insegurança na sociedade, pois os dois polos centrais, DC e UP, visivelmente não haviam resolvido suas diferenças e não buscaram um ponto de harmonia. A Democracia Cristã havia mostrado sua incapacidade de se manter no centro das negociações, cedendo às pressões da direita em suas bases; já a Unidade Popular não abria mão de dar continuidade ao seu projeto de governo rumo

⁴⁶ DAVIS, Nathaniel. **Os dois últimos anos de Salvador Allende**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990. p. 106.

⁴⁷ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. op. cit., p. 377.

ao socialismo. O governo de Salvador Allende alcançava a sua última etapa com as eleições parlamentares de 1973 e o seu desenrolar político.

O impasse dentro da esquerda escancarou neste processo eleitoral as duas visões políticas que se discutia internamente, a primeira estava ligada ao MIR e à ala mais radical do PS, que almejavam constituir junto aos trabalhadores um poder de base autônomo ao Estado. Já a outra mais próxima ao PC e ao próprio Salvador Allende, de forma realista, entendia que não havia como consolidar um poder unicamente operário, desconsiderando as outras classes sociais influentes na esfera política.⁴⁸

O ano de 1973 seguiria conturbado após o término das eleições, com os embates violentos de uma sociedade polarizada e na discussão da reforma educacional. Enquanto, a esquerda acreditava que era momento de avançar e intensificar as reformas e as transformações sociais, a direita se fortalecia no discurso da ilegalidade e de “totalitarismo” por parte das ações da UP. Importantes setores se alinhavam a esse discurso como a Igreja e as Forças Armadas. O Exército chileno era basicamente composto pela classe média que naturalmente seguiam o discurso da direita, afetados diretamente pela forte crise econômica que assolava o país.

Em meio a este cenário estava o general Carlos Prats, principal mediador do Executivo e as Forças Armadas, com sua influência desgastada, isolado em relação a seus pares. Os generais viam Prats como um obstáculo na derrocada de Allende e tentaram removê-lo do alto comando do Exército, para tanto, contavam mais uma vez com o apoio americano.⁴⁹ Em meados de 1973, uma tentativa de golpe militar conhecida como *Tancazo* ressaltou a fragilidade institucional do governo Allende, e a virada política de forças da aproximação da direita e as Forças Armadas.⁵⁰ O anseio pela intervenção no cenário político caminhava para uma crise final e a derrocada anunciada do projeto socialista da Unidade Popular. O governo era posto na ilegalidade, visto a não resolução do impasse pelas vias políticas, e em 11 de setembro de 1973 as forças militares atacam o palácio La Moneda em Santiago, levando ao colapso a democracia chilena e a vida de Salvador Allende.

⁴⁸ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. op. cit., p. 396 – 397.

⁴⁹ Idem, op. cit., p. 441.

⁵⁰ DAVIS, Nathaniel. **Os dois últimos anos de Salvador Allende**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990. p. 197 – 202.

A experiência chilena como investida de construção do socialismo na estrutura institucional e democrática teve em Salvador Allende e na Unidade Popular os seus principais pilares políticos. O fracasso do projeto político esteve atrelado à gravidade dos conflitos internos, a intensidade das disputas políticas na cena pública e a realidade externa de ideologização da política internacional. Os olhos do mundo estavam atentos ao desenrolar do processo histórico ocorrido no Chile e suas disputas internas em muito refletiam o cenário da política externa.

Os Estados Unidos, principal país interessado no fracasso da esquerda chilena, não estiveram sozinhos em sua perspectiva sobre governo de Allende. O Brasil, representado pelo Centro de Informações do Exterior (CIEX) denotou um amplo cuidado e estrita atenção para as notícias e informações que vinham do Chile. O acompanhamento próximo e diário da situação interna chilena foi um grande esforço para a estrutura da comunidade de informações brasileiras e de grande valia para o processo ideológico sustentado pela ditadura militar no Brasil.

3 – O Centro de Informações do Exterior (CIEX) e o golpe militar no Chile

A documentação do CIEX recebeu um grau de importância considerável dentro da estrutura de funcionamento da rede de informações brasileira. O destaque dado pelo órgão aos países governados por líderes ou partidos de esquerda foi expressivo e cuidadoso. O Chile, portanto, recebeu uma atenção especial, quando do processo de instabilização política e insurgência militar os agentes de informações relacionados ao CIEX destacaram a conjuntura política e econômica e expuseram suas opiniões sobre os fatos.

O interesse brasileiro na política interna dos países do Cone Sul entre as décadas de 1960 e 1970 foi ampliado com a inserção da lógica da segurança nacional. O regime militar basicamente utilizou duas formas de análise da política externa. Uma pelo instrumento diplomático clássico, constituída pelas relações entre líderes e diplomacia, acordos econômicos e áreas de influência e interesses; outro meio de atuação da política externa naquele período: a ação da comunidade de informações e o intenso combate à “subversão”. No entanto, por diversas vezes essas duas vias acabam por se comunicarem e interligarem mesmo que de forma ambígua e/ou ambivalente.

O argumento de que a diplomacia brasileira pouco, até mesmo nada, teria colaborado com a política da ditadura militar, ou de que teria havido apenas um “desvio” de postura até o início da década 1970, não corresponde com as ações do Centro de Informações do Exterior (CIEX). Entre os quadros deste órgão estavam diplomatas e servidores do Ministério das Relações Exteriores que eram responsáveis pela vigilância e difusão de documentos de milhares de brasileiros exilados e das conjunturas políticas de países que tivessem algum envolvimento com movimentos de esquerda.⁵¹

Neste contexto, em 30 de julho, o CIEX registrava um dos seus primeiros informes a respeito da conjuntura política interna no Chile. A grande maioria dos documentos difundidos pelo órgão sobre a situação chilena possuía o grau de sigilo “Secreto”, pois se tratavam de assuntos estratégicos para a ditadura militar brasileira. As fontes dos informes também eram registrados com alta confiabilidade e fidedignidade, sendo quase todos avaliados em uma escala de A - 1 a A - 4. Portanto, a confiabilidade do agente, e/ou daquele que fornecera a informação para tal, mantinha-se no mais alto nível, sendo que a variação estava na veracidade da informação, que constantemente era cruzada com outras para a averiguação da fragilidade ou importância do informe.

As informações dos últimos meses, de julho a setembro, do governo Allende, produzidas pelo CIEX, mereceram maior destaque no trabalho de coleta de informes da comunidade de informações. A preocupação antes estava concentrada nas figuras políticas brasileiras exiladas no Uruguai: o presidente João Goulart, Leonel Brizola e Cândido Aragão, e também nos demais exilados brasileiros em países vizinhos como a Argentina e o próprio Chile. A preocupação brasileira com o governo chileno era expressa em um tom de oposição a Salvador Allende, mesmo que não fosse de forma explícita, além de apresentar, na documentação, uma intrínseca aproximação com as Forças Armadas, já que os vários informes relatam reuniões dos altos comandos das Forças Armadas e os debates da atuação dos militares na política chilena.

O período após o levante militar, o Tancazo, foi de extrema instabilidade institucional no governo Allende, pois a dificuldade de contenção do movimento revelava a fragilidade da política chilena e a polarização emergente nas Forças Armadas. Os principais nomes dos comandos se dividiam em apoiar a constitucionalidade chilena, como o general Carlos Prats, e uma oposição velada e silenciosa, mas que logo emergiria na

⁵¹ PENNA FILHO, Pio. op. cit., p. 84.

imagem dos generais Cesar Ruiz e Augusto Pinochet.⁵² O CIEX, ainda em 30 de julho, sinalizava a relevância de Ruiz na conjuntura interna, pois afirmava em seu informe de que o general poderia ser substituído do cargo de comandante-em-chefe da Força Aérea chilena pelo também general-de-aviação Gabriel Van Shouwen, que seria mais próximo a Unidade Popular, fato este que não aconteceu. O último parágrafo do mesmo informe, contudo, reflete a figura de Ruiz na oficialidade, pois os agentes do CIEX afirmam que a possível saída do general do comando da Força Aérea não seria bem aceita pelo grupo de oficiais e que poderia acarretar em uma crise para o cenário político.⁵³

As constantes trocas de gabinetes ocorridas nesse período traduziam a tônica da insegurança política e a força dos impasses entre as classes políticas. A crise econômica era apenas postergada e não solucionada, a indefinição entre a Democracia Cristã e a Unidade Popular de um acordo e uma força conjunta para a resolução do problema agravava a opinião pública a respeito do país. Ambas as forças se reuniram, com intuito de tentarem uma vez mais estabilizarem a situação.

Allende e o senador democrata-cristão Patricio Aylwin, ao iniciarem o diálogo, chegaram à definição da necessidade da entrada dos militares nas pastas ministeriais, proposta esta encabeçada pela DC e as forças militares, sendo aceita por Allende no meio do caos de governabilidade que vivia. O episódio de participação da DC no conflito político esteve em segundo plano nas informações prestadas pelo CIEX à ditadura militar brasileira, o que suscita algumas dúvidas, pois poderia estar ligada ao fato de a DC e as Forças Armadas, naquele período, estarem em convergência de pensamento na solução política para os problemas,⁵⁴ ou à proximidade do agente de informação ser apenas na frente militar chilena.

O CIEX passou a acompanhar dia-a-dia da situação política do Chile; no mês de agosto a quantidade de informes aumentou rapidamente e o interesse no desenrolar dos impasses se ampliava de forma intensa. No dia oito daquele mesmo mês, um informe de uma reunião ocorrida no interior das Forças Armadas do Chile, ocorrida no dia dois, transmitia à ditadura brasileira que entre os assuntos discutidos estavam os meios ado-

⁵² Ambos os generais estavam em oposição ao governo de Salvador Allende, mas com posturas diferentes de atuação em relação a esse, pois Carlos Ruiz agia de forma enérgica e ativa no interior das Forças Armadas em alusão ao descontentamento com o governo, já Augusto Pinochet até aquele momento considerava que os oficiais deveriam discutir a complexa situação econômica do país e deixar de lado a influência na política interna. DAVIS, Nathaniel. . op. cit., p. 203 - 205.

⁵³ Cf. CIEX, Informe, nº 359. "Chile. Política interna". 30 de julho de 1973. Secreto.CIEX, 1973.

⁵⁴ DAVIS, Nathaniel. . op. cit., p. 211 - 212.

tados pelos militares no Brasil, quando da “Revolução de 1964”, e de que forma poderia ser útil ao Chile.⁵⁵ Na reunião estavam presentes o general-aviador Cesar Ruiz, o comandante da 1ª Zona Naval, Ernesto Jobet, o comandante da Aviação Naval, Ernesto Huber Von Hapen, e outros oficiais reformados da Marinha e Aeronáutica.

O tema central estava na conjuntura interna e no clima de tensão que estava a política nacional chilena. Ruiz, ainda segundo o informe nº 389, via o Chile em uma encruzilhada e que a insurgência espalhava-se pelas Forças Armadas. Havia um momento propício para um desfecho militar dos impasses políticos; o general chegava a apontar as possíveis guarnições que estariam dispostas a apoiar. Os oficiais reunidos também estavam satisfeitos com o surgimento da Junta Unificadora Nacional (JUN), que serviria de instrumento para o fortalecimento da ideia de retirar a esquerda do poder e alimentar a insuflação dos oficiais para agirem diante da crise.⁵⁶

O comentário do agente do CIEX, ao final do documento, assinala a situação divergente entre as frentes políticas partidárias, mas retrata também que as ações dos militares para desestabilizar o governo da UP, como a afirmação da JUN frente a sociedade chilena, “pode servir para coroar os esforços, até aqui desenvolvidos clandestinamente, de motivar os militares para uma intervenção contra o governo marxista de Salvador Allende.”⁵⁷

As informações em meio à crise chilena eram muitas e com mudanças rápidas na situação interna. Reflexo disso foram as constantes mudanças de comando nos ministérios de Salvador Allende. O presidente agia de forma a contornar os sucessivos focos de conflito, a radicalização do MIR no interior do país e os atentados violentos da extrema direita passavam à população o clima antagônico e temeroso da política nacional. O combate incessante pela queda de Allende teve seu início desde a sua eleição em 1970, e aos poucos foram construídas as situações e condições ideais para finalizar o desejo da oposição, das Forças Armadas, dos descontentes da esquerda e dos Estados Unidos.⁵⁸ O relato do CIEX a respeito do caos político do poder chileno teceu o ambiente negativo que estava posto diante da decisão administrativa da presidência ao inserir os militares nas chefias ministeriais.

⁵⁵Cf. CIEX, Informe, nº 389. "Conjuntura político-militar chilena". 30 de julho de 1973. Secreto.CIEX, 1973.

⁵⁶ Idem, op. cit., p. 2.

⁵⁷ Idem, op. cit., p. 2-3.

⁵⁸ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. op. cit., p. 494.

A mudança ministerial, de certa forma, influenciou o CIEX em afirmar que Allende conduzia uma manobra política, que pretendia conter a insegurança institucional, responsabilizando os militares pela promoção da ordem nacional e pelo apaziguamento da insurgência militar diante do governo. Esta medida, somada a diversos fatos que vinham acontecendo simultaneamente, como atentados, retirada de oficiais para a reserva e um combate da Marinha e um levante interno, que, segundo o agente de informações estaria influenciado pelo MIR, levaram ao CIEX prever que uma intervenção militar poderia acontecer nas próximas 48 horas seguintes ao informe.⁵⁹

No entanto, outro informe encaminhado no dia seguinte tratava da efetiva mudança ministerial realizada por Allende. O fato de oficiais irem para a reserva não gerou nenhum impacto, amenizando o alarde do informe anterior, o documento admitia que a situação não mudara, mas afirmava que “atualmente existe um verdadeiro consenso da oficialidade das forças armadas chilenas no sentido de que a única solução para o país é a intervenção militar, porém o problema continua sendo o de uma liderança efetiva para o movimento.”.⁶⁰ Realmente, no dia 9 de agosto houve a mudança ministerial indicada pelo informante do CIEX. Salvador Allende indicou Carlos Prats, general de sua ampla confiança, para a cadeira do Ministério da Defesa, o general-aviador Cesar Ruiz no Ministério do Transporte, o Almirante Raúl Montero para a Fazenda e, finalmente, o responsável pelos carabineiros para o Ministério de Terras e Colonização. Estava montado o Gabinete de Seguridad Nacional frente aos desafios insurgentes do período.⁶¹ Contudo, as informações vindas do órgão de informação do Itamaraty mostravam o descontentamento dos militares nomeados, sobretudo Ruiz, de que fossem designados também militares para ocuparem as chefias dos escalões intermediários de cada pasta.

O ex-presidente Eduardo Frei, político influente da Democracia-Cristã, é citado em um documento produzido pelo CIEX, pois ele havia afirmado que não acreditava que a mudança ministerial surtiria algum efeito diante da crise porque via o fato de os cargos intermediários ainda estarem nas mãos da esquerda chilena impediria a atuação dos ministros militares. O pensamento de Frei expõe-se na afirmação de que, segundo o

⁵⁹ Cf. CIEX, Informe, nº 390. "Situação política chilena. Agravamento da crise.". 08 de agosto de 1973. Secreto. CIEX, 1973.

⁶⁰ Cf. CIEX, Informe, nº 393. "Conjuntura político-militar chilena.". 10 de agosto de 1973. Secreto. CIEX, 1973.

⁶¹ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. op. cit., p. 494.

informe, a única solução possível para o Chile seria militar, ⁶² corroborando estar alinhado com o consenso estabelecido entre os oficiais naquele momento. As mudanças ministeriais tão exigidas pelos militares e aclamadas pela oposição acabaram por gerar mais transtornos a Allende, pois ele era acusado de colocar o general Cesar Ruiz na pasta dos transportes em meio a uma forte greve dos caminhoneiros que assolou o Chile naquele mês de agosto. O próprio CIEX acusa Salvador Allende de agir de forma habilidosa e tentar desgastar a imagem dos militares diante da convulsão social.⁶³ Ruiz aproveitou a situação para polarizar ainda mais o cenário político quando renunciou ao cargo do ministério e também de comandante-em-chefe da Força Aérea Chilena.

O desfecho para a intervenção militar estava diretamente ligado à retirada do general Carlos Prats da estrutura do governo e das Forças Armadas. Os oficiais passaram a minar Prats internamente e a deteriorar sua imagem, não só internamente, mas também diante do Executivo, pois criaram situações políticas que fragilizaram a atuação do general. Os oficiais identificados como legalistas, assim como Prats, passaram a renunciar a seus postos por estarem defronte de uma situação incontornável. Isolado, com a saída dos generais Mário Sepúlveda e Guillermo Pickering, fundamentais na manutenção da legalidade e na contenção de enfrentamentos militares no governo Allende, Carlos Prats percebeu que o golpe estava por chegar. A sua renúncia, de cargo administrativo e do comando militar, acabou por vir ao final do mês de agosto, deixando uma lacuna em aberto para os militares favoráveis à intervenção.⁶⁴

O CIEX concluiu o papel do general Prats como um homem de ambições políticas e de capacidade de neutralizar as intenções da oposição e das Forças Armadas, com apoio imediato de Salvador Allende em dissuadir os militares. O órgão de informação afirmava que sua saída atenuaria o ímpeto dos militares de intervir no governo e tornaria mais difícil para a “Unidade Popular continuar manobrando a “faixa cinzenta” da quase ilegalidade em seus esforços para implantar no Chile uma estrutura marxista.”⁶⁵, o que na prática se mostrou de forma oposta, pois a saída de Prats apenas acirrou os interesses

⁶² Cf. CIEX, Informe, nº 394. “Conjuntura política chilena. Posição de Eduardo Frei”. 13 de agosto de 1973. Secreto. CIEX, 1973.

⁶³ Cf. CIEX, Informe, nº 402. “Conjuntura política chilena. Posição de Eduardo Frei”. 20 de agosto de 1973. Secreto. CIEX, 1973.

⁶⁴ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *op. cit.*, p. 497 – 502.

⁶⁵ Cf. CIEX, Informe, nº 414. “Chile. Situação interna. Atitude das Forças Armadas”. 06 de setembro de 1973. Secreto. CIEX, 1973.

dos militares golpistas em agirem contra Allende e o seu projeto democrático para o socialismo.

Acontecido o golpe, o Centro de Informações do Exterior elabora um extenso relatório sobre o novo governo da Junta Militar instalada no Chile. O relatório basicamente transcorre o processo político que elegeu Salvador Allende em 1970, e considera a eleição antidemocrática, pois Allende não conquistou a maioria dos votos, portanto, na visão do Itamaraty haveria maior rejeição ao presidente eleito, o que para o órgão justificaria o governo ter sofrido interferências. O texto expõe toda a problemática entre partidos no governo, e, por fim, traça o perfil dos integrantes de cada ministério do novo governo e as relações externas com os países-chaves: Estados Unidos, URSS, Europa, Argentina e Brasil. O CIEX aponta como extremamente favorável o reconhecimento da Junta pelo Brasil e a necessidade do diálogo entre as duas nações, rompidas devido à “ascensão do governo marxista de Allende.”.⁶⁶

O Centro de Informações do Exterior acompanhou de perto os momentos finais do governo Allende, e alimentou a ditadura militar brasileira com as informações estruturais dos fatos e também com informes internos de conjunturas não sabidas publicamente. A ditadura militar brasileira percebia todo o processo político chileno fundamental para os seus interesses externos e internos, pois o Chile de Allende foi uma grande porta de fuga de muitos militantes brasileiros. O monitoramento não era apenas dos indivíduos, mas também de estruturas políticas e de governos. O CIEX cumpriu papel fundamental para o regime ao fragmentar e facilitar o acesso e a compreensão dos países vizinhos para toda a comunidade de informação nacional.

⁶⁶ Cf. CIEX, Informe, nº 452. “Conjuntura chilena”. 20 de setembro de 1973. Secreto. CIEX, 1973.

Conclusão

Ao analisar o governo de Salvador Allende no Chile, de 1970 até 1973, determinamos que a experiência chilena de governo de esquerda, que se propôs alcançar o socialismo pela via democrática, fora intensamente acompanhada pelo mundo. O Brasil, enquanto país vizinho, defensor de uma política ideológica contrária à eleita no Chile, reforçou suas atenções para o projeto de Allende e seus impactos na América Latina. Para tanto, a ditadura militar brasileira utilizou-se de seu aparato de informações (,) com intuito de acompanhar de perto o desenrolar político no Chile.

O Centro de Informações do Exterior representou uma parte importante de toda uma estrutura nacional de informações, que esteve centralizada no SNI, pois a sua documentação é vasta, complexa e por muito tempo permaneceu oculta das pesquisas historiográficas. O próprio Itamaraty, também responsável pelo órgão de forma indireta, afirmava que nada havia sido produzido no que diz respeito ao monitoramento e vigilância de pessoas, movimentos políticos e de governos, mas o que se provou com o transcorrer do tempo foi o interesse do órgão em velar sua participação ativa junto à comunidade de informações e a ditadura militar.

A exposição do funcionamento da rede estrutural da comunidade de informações é fundamental para a compreensão da documentação. A origem da informação, a classificação de sigilo, a codificação da avaliação do informe (veracidade e fidedignidade), a data, o índice temático e a difusão são essenciais para qualificar a análise das fontes trabalhadas, pois esta estrutura em muito responde à relevância do assunto exposto no documento e como o tema foi tratado por seus agentes e atores no passado.

As pesquisas dos documentos do CIEEX requerem uma análise cuidadosa e é preciso destacar que sempre que possível sejam realizados os necessários cruzamentos com outros tipos de documentos da própria comunidade de informações, como o SNI, a DSI/MRE e outros; e também com os informes e correspondências trocadas pela diplomacia como um todo. Proposta esta que instiga um aprofundamento na discussão do caso chileno, pois o CIEEX deslocou suas atenções para o governo Allende, quando este já estava muito próximo da derrocada. Além, de confrontar essas informações, os cruzamentos permitiriam ampliar a análise da visão brasileira, como um todo, do golpe

militar no Chile, ou seja, poderíamos perceber contrastes e similitudes nas visões do mesmo fato histórico e, a partir daí, construir uma narrativa mais segura.

Os principais fatos que concluímos da documentação do CIEEX acerca da situação política no Chile estão na proximidade do(s) agente(s) com o círculo militar chileno, pois muitas das informações se mostraram com caráter extremamente interno da oficialidade militar chilena, que se revelou na posição bem definida, apesar de não estar diretamente afirmada, de antagonismo ao governo Allende. No entanto, a identificação destes agentes revelou-se impossível através dos informes. A análise dos documentos do CIEEX, por vezes, denotava certa ansiedade e agitação na narrativa quando da aproximação do golpe desferido contra o governo da Unidade Popular, demonstrando que a visão brasileira sobre o processo histórico ocorrido no Chile em fins de 1973, era positiva em relação à intervenção militar para a resolução das dificuldades e dos conflitos políticos do país.

Fontes

BRASIL. Arquivo Nacional, Brasília. Fundo Centro de Informações do Exterior. Caixa 10. Pasta 7.

BRASIL. Arquivo Nacional, Brasília. Fundo Centro de Informações do Exterior. Caixa 11. Pastas 1,2.

BRASIL. Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Bibliografia

AGGIO, Alberto. **Democracia e socialismo**: a experiência chilena. São Paulo: Anna-blume, 2002.

_____. O Chile de Allende. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **Ditaduræ democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ANGELL, Alan. La izquierda em América Latina desde c. 1920. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. Vol.12 Política y Sociedad desde 1930. Barcelona: Crítica, 1997.

ANTUNES, Priscila. Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, Brasil e no Chile. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **Ditaduræ democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

BITAR, Sergio. **Transição, socialismo e democracia**: Chile com Allende. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.p. 198-206.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.20.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia**: a esquerda em armas. Goiânia: Editora UFG, 1997.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília, 2002.

DAVIS, Nathaniel. **Os dois últimos anos de Salvador Allende**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990

ESPOSITO NETO, Tomaz. Os eixos da política externa do Paraguai de 1954 a 1989. **Boletim Meridiano 47**, vol. 13, nº 134, Brasília, 2012. Disponível em:

<http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/viewFile/7534/6134>. Acessado em outubro de 2013.

FERNANDES, Fernanda de Moura. *De Golpe a Golpe: política exterior e regime político no Brasil e no Chile (1964-1973)*. 2007. 130 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília. 2007. Disponível: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2404/1/2007_FernandadeMouraFernandes.pdf Acesso em setembro de 2013.

FICO, Carlos. **Como eles agiam** - Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

GARCÉS, Juan E. **Allende e as armas da política**. São Paulo: Página Aberta, 1993.

GEORGE WASHINGTON UNIVERSITY. The National Security Archive. "**Meeting with President Emílio Garrastazu Médici of Brazil on Thursday, December 9, 1971, at 10:a.m., in the President's Office, the White House**". Disponível em: <http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB282/Document%20143%2012.9.71.pdf> Acessado em setembro de 2013.

MIGUEL, Luis Felipe. Segurança e Desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. **Diálogos Latinoamericanos**. Universidad de Aarhus, Dinamarca, n.5, p.40-56, 2002.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PENNA FILHO, Pio. "O Itamaraty nos anos de chumbo – o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 2009. v. 52. n.2. p.46.

_____. Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEX): O elo perdido da repressão. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, 21, nov. 2011.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, São Paulo, 1989.

RAPOPORT, Mário. **Aliados o Neutros? La Argentina Frente a la Segunda Guerra Mundial**. Buenos Aires: Eudeba, 1988.

VALDÉS, Jorge Tapia. **El terrorismo de Estado: La Doctrina de la Seguridad Nacional en el Cone Sur**. Cidade do México: Nueva Imagem, 1980.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Caio Bruno Pires Mendes Cateb, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado *O Centro de Informações do Exterior (CIEX): o posicionamento brasileiro diante do Golpe Militar no Chile* foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

Brasília, 12 de dezembro de 2013

Caio Bruno Pires Mendes Cateb